



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2018**  
**Processo Administrativo nº 23110.040514/2018-93**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas (HE-UFPel)**, por meio da Unidade de Licitações, que está situada na Rua Gomes Carneiro, 01 – Campus Porto, Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610, telefone (53) 3284-3944 realizará **Licitação**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **Menor Preço por Item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 3, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

**DATA:** 14/11/2018

**HORÁRIO:** 09h00min (horário de Brasília)

**LOCAL:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**UASG Gerenciadora:** 154047

1.1. O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), até a data e horário da abertura da licitação (definidos acima), exclusivamente por meio eletrônico.

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

**2. DO OBJETO**

2.1. Esta licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, de forma contínua, de fornecimento de gases medicinais, locação de equipamento de ar comprimido e fornecimento de outros gases, de acordo com as normas ABNT/INMETRO/ANVISA, para as unidades do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas / EBSERH**, conforme Pedido 18/2018, do Setor de Infraestrutura Física HE-UFPel, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, com consumo estimado para 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período, até o limite legal, e obedecendo o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

2.2. O HE-UFPel reserva-se o direito de, a qualquer momento, aumentar ou reduzir o objeto deste Edital nos limites da Lei 8.666/93, art. 65, § 1º.

2.3. Qualquer discordância entre a descrição do objeto neste edital e o contido no Compras Governamentais, valerá o primeiro.

2.4. **A licitação será dividida em 14 (quatorze) itens dispostos em 1 (um) único grupo, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.**



### 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 9º da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 4.1.1. A licitante deverá estar cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, na forma da Lei.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2. declaradas suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.3. que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 4.2.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.6. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.7. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.8. sociedades Cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.



4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.3.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.3.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## 5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao HE-UFPel responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. **Valor total do item;**



5.6.2. A quantidade de unidades, observada a quantidade fixada no Termo de Referência para cada item, sendo que o licitante participante deste Pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item;

5.6.3. Marca;

5.6.4. Fabricante;

5.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.7.1 Caso a proposta apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a Contratada, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.

5.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

5.9.A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.10. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega das propostas (abertura da sessão).

5.10.1. Se por ventura o pregão demorar mais de 60 (sessenta) dias, o Pregoeiro poderá solicitar confirmação, por parte da licitante, de que renova sua proposta. Assim, a validade da proposta passa a ser de 60 (sessenta) dias a contar da data da renovação

## 6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou que contenham vícios insanáveis.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.2.2.1. Eventual pedido de desclassificação do licitante deverá ser acompanhado de justificativa, cabendo ao pregoeiro deliberar sobre sua aceitação ou recusa.**



6.2.2.2. Se o pedido de desclassificação ocorrer durante a fase de lances e for possível a exclusão do lance pelo Pregoeiro antes do encerramento do item, o pedido será considerado aceito.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual total do item.**

**6.5.2. O lance deverá ser ofertado com apenas duas casas decimais.** Caso isto não ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens desconsiderando a terceira e quarta casa após a vírgula, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais.

**6.5.3. Será declarado vencedor do lote a empresa que obtiver o menor valor total do lote, onde a empresa deverá cotar lances para todos os itens.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o



fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta.

6.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.1. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.17.2. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.18. Para que seja aplicado o descrito no item 6.14, a Licitante que se enquadrar como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, deverá expor sua condição (ME, EPP ou Cooperativa) em campo próprio no sistema, no momento do registro de sua proposta no Compras Governamentais, para que o sistema possa aplicar o exposto na LC 123/06 e no art. 34, da Lei nº. 11.488/07.

6.19. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

6.20. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.1.1. Em relação às especificações do objeto, sempre que necessário o Pregoeiro se reserva o direito de consultar a área técnica demandante, com a finalidade de analisar o cumprimento do objeto ofertado frente ao solicitado no edital.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

7.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade.

7.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência.

7.2.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.





7.2.4. não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada quando for o caso.

7.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-a diretrizes gerais para elaboração do ato convocatório tópico 9.4 da IN SLTI/MPOG nº 05, de 2017.

7.5. **Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30%** (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.7. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema ("enviar anexo"), estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta. Caso o sistema seja considerável instável pelo Pregoeiro, poderá ser convocado o licitante para envio de documentação via e-mail.

7.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

7.8.1. **Na proposta a ser enviada após o encerramento da fase de lances, deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.**

7.8.2. A proposta deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.8.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso

7.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



7.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11.3. Caso haja necessidade, o Pregoeiro poderá realizar a negociação via e-mail, informando no chat o valor negociado.

7.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.13. Para possíveis trocas de mensagens, após a fase de lances, inclusive em relação a negociação de valores, o Pregoeiro irá conceder prazo razoável para resposta do licitante. O prazo mínimo que será concedido é de dez minutos, podendo ser superior, a critério do Pregoeiro.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto no artigo 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26/04/2018.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26/04/2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:





#### 8.4. Habilitação jurídica:

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.4.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

8.5.7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;



8.5.8. o licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.6. As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação, **para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração Pública, por meio de:**

8.6.1. Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido ou estar fornecendo produtos/bens compatíveis e pertinentes com o objeto licitado.

**8.7. Qualificação Econômico-Financeira:**

8.7.1. certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**8.8. A licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar para ser declarada vencedora, encerrada a etapa de lances, deverá apresentar os documentos digitalizados, com assinatura e carimbo do representante da empresa, por meio de funcionalidade disponível no sistema (“enviar anexo”), observando também as exigências contidas no Anexo I – Termo de Referência (ver subitem 2 do Termo de Referência – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO), sob pena de desclassificação do licitante. Caso o sistema seja considerável instável pelo Pregoeiro, a documentação poderá ser enviada por e-mail.**

8.8.1. Os documentos digitalizados, mencionados no subitem acima, não necessitam de autenticação digital.

8.8.1.1. Somente haverá a necessidade de comprovação, através de autenticação digital, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital anexado ao sistema.

8.8.1.2. Os documentos apresentados digitalmente são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências e/ou fraudes.

8.8.2. O prazo mínimo para envio dos documentos será de 2 (duas) horas e será definido pelo Pregoeiro via chat em sessão pública.

8.8.3. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro.

8.8.4. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [pregao.heufpel@gmail.com](mailto:pregao.heufpel@gmail.com)

**8.9. O não encaminhamento dos documentos exigidos nos prazos estabelecidos poderá implicar na desclassificação do licitante, com consequente lançamento de advertência no sistema de cadastramento unificado de fornecedores – SICAF e/ou aplicação das penalidades cabíveis na lei.**

8.10. Ainda, para ser declarada vencedora, a licitante deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação válida, na forma da lei, mediante consulta online. O cadastro e a habilitação parcial serão verificados no SICAF, após a análise e julgamento da proposta de preços. No caso de a empresa possuir somente o cadastro obrigatório no SICAF, serão aceitas as certidões negativas emitidas pelas respectivas receitas estaduais e municipais.

8.10.1. Caso alguma certidão referente ao cadastro obrigatório esteja vencida no SICAF, serão aceitas consultas aos respectivos sítios oficiais.

8.11. Serão consultadas no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) as declarações da licitante vencedora relacionadas abaixo:



- 8.11.1. Declaração de ciência e concordância com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 8.11.2. Declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 8.11.3. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- 8.11.4. Declaração de que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 02, de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
- 8.12. Caso a empresa assinala de forma negativa no Compras Governamentais alguma das declarações referentes ao subitem acima, será obrigatório o envio de declaração, **por meio de funcionalidade disponível no sistema ("enviar anexo")**.
- 8.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será comunicado e poderá requerer o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, para comprovar a regularização. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa
- 8.13.1. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.16. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.17. Os prazos poderão ser prorrogados por solicitação justificada do licitante desde que a solicitação seja formulada antes de findo o prazo estabelecido e a justificativa aceita pelo Pregoeiro.
- 8.18. O não encaminhamento dos documentos exigidos nos prazos estabelecidos poderá implicar na desclassificação do licitante, com consequente aplicação das penalidades cabíveis na lei.
- 8.19. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico

## 9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

### 9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- 9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas



hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. As regras acerca da Garantia de Execução são as estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo IX deste Edital.



### 13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado Contrato com a adjudicatária, de acordo com a legislação vigente, com vigência de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vantagens para a Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme minuta constante do **Anexo IX**, a qual será adaptada à proposta da empresa vencedora.

13.2. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF e os demais sites definidos no edital, conforme a cláusula 8 - Da Habilitação, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3. A adjudicatária terá o prazo definido, pela contratante, após a homologação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

### 14. DO PREÇO / REAJUSTE

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo IX deste Edital.

### 15. DA ENTREGA, RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no ANEXO I - Termo de Referência.

### 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no ANEXO I - Termo de Referência.

### 17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados na classificação abaixo:



**Gestão/Unidade (UGR): 154145**

**Fonte de Recurso: 6153000300**

**Programa de Trabalho (Ptres): 109671**

**Elemento de Despesa: 339030 (para os itens de consumo) e 339039 (para serviço de locação)**

**Plano Interno: MAC 2018**

## 18. DO PAGAMENTO

18.1. As regras acerca do Pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo IX deste Edital;

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

19.1.2. apresentar documentação falsa;

19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. não mantiver a proposta;

19.1.6. cometer fraude fiscal;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, a critério da Administração;

19.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, conforme tipificação das condutas inidôneas e ilegais anexo a este edital.

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.





19.7.As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.8.As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1.Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2.A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [pregao.heufpel@gmail.com](mailto:pregao.heufpel@gmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Universidade Federal de Pelotas, rua Gomes Carneiro, nº 1, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) – Licitações, CEP 96010610, Bairro Centro, Pelotas/RS.

20.3.Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.4.Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5.Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6.As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20.7.1. [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio do link Consultas>Compras Governamentais>Pregões>Agendados, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

## 21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

21.1.Os serviços a serem fornecidos deverão ser prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.

21.1.1. Os bens deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagens que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

21.1.2. Os bens deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

21.2.A comprovação do disposto nos itens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.



## 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.9. Ao HE-UFPel, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar este Pregão, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes direito à reclamação ou indenização.

22.10. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital.

22.11. O prazo para início da execução dos serviços da Nota de Empenho será iniciada a partir da emissão da ordem de serviço que será emitida pelo fiscal da contratante.

22.12. Após a fase de lances, toda e qualquer comunicação do HE-UFPel com a licitante poderá ocorrer por correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa manter o cadastro atualizado no SICAF. O endereço de e-mail para contato utilizado na comunicação poderá ser aquele cadastrado no Formulário de Informações do Licitante (modelo anexo ao edital), ou o e-mail cadastrado no SICAF ou, ainda, o e-mail cadastrado na Proposta enviada após a fase de lances.

22.12.1. A empresa, quando notificada via e-mail, deverá confirmar o recebimento do mesmo. Caso contrário, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

22.13. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa.

22.14. As dúvidas e inadimplência serão resolvidas no foro da Justiça Federal-Subseção Judiciária de Pelotas.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**



22.15. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados ao pregoeiro, *exclusivamente* através do endereço eletrônico: [pregao.heufpel@gmail.com](mailto:pregao.heufpel@gmail.com).

22.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.ufpel.edu.br](http://www.ufpel.edu.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Universidade Federal de Pelotas, Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) - Licitações, CEP 96010-610. Bairro Centro, Pelotas/RS, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**22.17.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

- 22.17.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 22.17.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental
- 22.17.3. ANEXO III – Termo de vistoria
- 22.17.4. ANEXO IV – Termo de responsabilidade
- 22.17.5. ANEXO V - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação
- 22.17.6. ANEXO VI - Requisitos de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho
- 22.17.7. ANEXO VII – Das Condutas Inidôneas e Ilegais
- 22.17.8. ANEXO VIII - Índice de Medição de Resultados – IMR
- 22.17.9. ANEXO IX – Minuta de Contrato
- 22.17.10. ANEXO X – Minuta do Comodato

Pelotas, 31 de outubro de 2018.

MAX LEANDRO CASANOVA  
**Pregoeiro**

**Revisado por:**  
Rodrigo de Quadros Leal



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2018**  
**Processo Administrativo nº 23110.040514/2018-93**

**1. DO OBJETO**

1.1. Esta licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, de forma contínua, de fornecimento de gases medicinais, locação de equipamento de ar comprimido e fornecimento de outros gases, de acordo com as normas ABNT/INMETRO/ANVISA, para as unidades do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas / EBSERH**, conforme Pedido 18/2018, do(a) Setor de Infraestrutura Física HE-UFPel, com consumo estimado para 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período, até o limite legal, e obedecendo o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, de acordo com as especificações e quantidades constantes no quadro abaixo.

GRUPO ÚNICO (Ampla Participação)				
Item	Quantidade	Unidade de Medida	Descrição	Valor Estimado Total Por Item
01	225.000	m <sup>3</sup>	Oxigênio líquido medicinal, com pureza mínima de 99,5% em tanque criogênico, com fornecimento da solução completa (tanque, acessórios, baterias reserva de cilindro, etc.), em comodato.	R\$ 411.750,00
02	60	m <sup>3</sup>	Oxigênio medicinal gasoso com grau de pureza mínima de 99,5%, cilindro de alumínio de 0,7 m <sup>3</sup> , em comodato. Dimensões compatíveis com os suportes dos berços/incubadoras de transporte existentes no HE.	R\$ 1.418,40
03	400	m <sup>3</sup>	Oxigênio medicinal gasoso com grau de pureza mínima de 99,5%, cilindro de 0,7 a 1 m <sup>3</sup> , em comodato. Dimensões compatíveis com os suportes de maca/cadeira de roda existentes no HE.	R\$ 9.456,00
04	600	m <sup>3</sup>	Oxigênio medicinal gasoso com grau de pureza mínima de 99,5%, cilindro de 5 a 10 m <sup>3</sup> , em comodato.	R\$ 8.106,00
05	60	m <sup>3</sup>	Ar comprimido medicinal, cilindro de alumínio, cilindro de 0,7 m <sup>3</sup> , em comodato. Dimensões compatíveis com os suportes dos berços/incubadoras, cadeiras e macas de transporte existentes no HE.	R\$ 1.216,80
06	800	m <sup>3</sup>	Ar comprimido medicinal, cilindro de 4 a 10 m <sup>3</sup> , em comodato.	R\$ 9.144,00



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**



07	450	kg	Dióxido de carbono medicinal, com grau de pureza mínima 99,98% (cilindro de 3 a 5 kg), em comodato.	R\$ 15.016,50
08	1800	kg	Óxido nitroso medicinal, com grau de pureza mínima 99,8%, cilindro de 25 a 33 kg, em comodato.	R\$ 44.262,00
09	72	m³	Óxido Nítrico 500 PPM em N2, cilindros de 3 a 4 m³, incluindo monitor para verificação de NO/NO2.	R\$ 131.220,72
10	12	mês	Locação de equipamento de ar comprimido, composto por duas unidades compressoras, cada uma com capacidade mínima de produção de <u>60m³/h</u> . A central de ar comprimido medicinal deverá contemplar sistemas de filtros e secadores, conforme especificações da NBR 12.188/2016 e RDC 50. Deverá conter ainda reservatório de ar medicinal com capacidade aproximada de 300 Litros; sistema de regulação de pressão, composto por dois reguladores de pressão, duas válvulas de segurança, montados em sistema de by-pass, permitindo futuras manutenções sem necessidade de fechar o suprimento de ar para o Hospital; sistema de analisador de ponto de orvalho em tempo real. O equipamento deverá ser dotado de microcontrolador, de forma a permitir a operação de forma automática. A programação do equipamento deverá permitir a comuta automática dos compressores: a cada período de 24 horas; na ocorrência de falha de quaisquer componentes; na apresentação de ponto de orvalho superior ao exigido na NBR 12.188/2016.	R\$ 51.019,80
11	18	M³	Nitrogênio gasoso, pureza mínima de 99,996%, para uso industrial, cilindros de 6 a 9 m³, em comodato.	R\$ 464,94
12	12	M³	Argônio para solda, pureza mínima 99,998%, em cilindros de 1m³, em comodato.	R\$ 264,24
13	12	KG	Acetileno industrial, com grau de pureza mínima 99,0%, para conjunto oxicorte, em cilindro de 1 kg, em comodato.	R\$ 287,04
14	12	M³	Oxigênio Industrial, cilindro de 1m³, em comodato.	R\$ 220,44
Valor Estimado Total				R\$ 683.846,88

1.2. Os quantitativos constantes no quadro são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de insumos efetivamente fornecidos no período mensal.



## 2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

2.1. A documentação a ser enviada após a fase de lances, via funcionalidade do Sistema do Compras Governamentais (enviar anexo), conforme **subitem 8.8. do edital**, é a seguinte:

2.1.1 **Proposta com os descontos finais negociados**, devidamente assinada, contendo no mínimo a especificação detalhada do produto ofertado, nome comercial/marca do produto ofertado, identificação do fabricante, modelo/versão, quantidade, valor.

2.1.2 **Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE**, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme prevê a Lei 9.782 de janeiro de 1999;

2.1.2.1 A AFE deverá estar dentro do prazo de validade ou deverá ser de prazo de validade indeterminado;

2.1.2.2 A não apresentação da AFE implicará na desclassificação do item cotado.

2.1.3 **Licença de Funcionamento local (LF) emitida pela Vigilância Sanitária local (Visa)**, seja ela municipal ou estadual, na qual a empresa esteja sediada.

2.1.4 Certificação emitida por Instituição Pública Oficial ou instituição credenciada de que a licitante cumpre os critérios de **Sustentabilidade Ambiental** conforme IN 01/2010 SLTI/MPOG. Na falta deste documento poderá ser apresentada a Declaração de Sustentabilidade Ambiental devidamente assinada e com carimbo da empresa (modelo constante no Anexo II do edital);

2.1.5 Prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente, ou seja, perante o Conselho Regional de Química ou Conselho regional de Farmácia.

2.1.6 **Declaração de Vistoria ou Termo de Responsabilidade** (ambos em modelo anexo ao edital),

2.1.7 **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** (ANEXO V).

2.2 O prazo mínimo para envio dos documentos será de 2 (duas) horas e será definido pelo Pregoeiro via chat em sessão pública.

2.3 Os documentos acima mencionados deverão ser digitalizados, com assinatura do representante da empresa e com carimbo.

## 3 JUSTIFICATIVA

3.1 Para um Estabelecimento de Assistência à Saúde a disponibilidade de gases medicinais é de suma importância, uma vez que garantem o suporte à vida para diversos pacientes. Além disso, buscou-se aproveitar a contratação para fornecer dois gases industriais, utilizados na manutenção do Hospital Escola.

3.2 considerando a necessidade do abastecimento do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas / EBSEH, elaborou-se este Termo de Referência considerando a prestação de serviço continuado, uma vez que, sem os gases medicinais, não há prestação do serviço de assistência à saúde.

3.3 A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência, em lote justifica-se pela eficiência administrativa, uma vez que a licitação em itens avulsos poderia implicar em catorze contratos (nº de itens), aumentando o custo da administração em relação à gestão e fiscalização desses contratos.





#### 4 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS OU SINGULARES

4.1 Decreto 5.450/2005 – Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

4.2 Declaramos para os devidos fins que os serviços/bens a serem adquiridos são de natureza comum conforme decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, art. 2º, § 1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

4.3 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 5 DESCRIÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

5.1 A prestação de serviços de fornecimento ininterrupto de gases medicinais, que deverão ter a pureza especificada nesta licitação, contempla.

5.1.1 A cedência em comodato e instalação de:

- a) 01 (um) tanque criogênico para oxigênio líquido, conforme item 5.14, com os demais equipamentos necessários para a vaporização e distribuição na rede do hospital (vaporizador, redutores/reguladores de pressão, válvulas de bloqueio e de segurança, medidor de nível e de pressão, etc.);
- b) 01 (uma) central reserva de cilindros de oxigênio completa (regulador/redutor de pressão, manômetros, válvulas de bloqueio e retenção, chicote flexível alta pressão, válvula de alívio de pressão, suporte e corrente de fixação) com duas baterias de cilindros, conforme item 5.15, para o HE-UFPEL;
- c) 01 (uma) central reserva de cilindros de ar comprimido completa (regulador/redutor de pressão, manômetros, válvulas de bloqueio e retenção, chicote flexível alta pressão, válvula de alívio de pressão, suporte e corrente de fixação) com duas baterias de cilindros, conforme item 5.15, para o HE-UFPEL;
- d) 01 (uma) central de cilindros de oxigênio completa (regulador/redutor de pressão, manômetros, válvulas de bloqueio e retenção, chicote flexível alta pressão, válvula de alívio de pressão, suporte e corrente de fixação e abrigo para as central) com duas baterias de cilindros, conforme item 5.16, para o Bloco 3 do HE-UFPEL.
- e) 01 (uma) central de cilindros de ar comprimido completa (regulador/redutor de pressão, manômetros, válvulas de bloqueio e retenção, chicote flexível alta pressão, válvula de alívio de pressão, suporte e corrente de fixação e abrigo para a central) com duas baterias de cilindros, conforme item 5.16, para o Bloco 3 HE-UFPEL
- f) 02 (dois) monitores para óxido nítrico, conforme item 12.28

5.1.2 Fornecimento de gases medicinais e industriais através de cilindros e abastecimento do reservatório de oxigênio líquido;

5.1.3 Aluguel e instalação de modulo gerador de ar comprimido medicinal com manutenções preventivas e corretivas inclusas;

5.1.4 Fornecimento de painéis de alarmes e carrinhos de transporte de cilindros quando estes estiverem insuficientes na unidade hospitalar.



5.2 Todos os componentes da central de oxigênio líquido, módulo gerador de ar comprimido medicinal, centrais de cilindros e equipamentos do óxido nítrico devem ser mantidos em perfeito estado de funcionamento, competindo à CONTRATADA a substituição de todos e quaisquer componentes avariados.

5.3 A empresa contratada deverá atender ainda, no mínimo, onde aplicável: ANVISA – RDC 50/2002; RDC 32/2011; RDC 69/2008; RDC 70/2008; RDC 09/2010; RDC 260, RDC 307; ABNT NBR 12.176/NR 32; NBR 12.188/2016; NBR 13.587; NBR 14.725, NR 13 e outras normas aplicáveis.

5.4 A responsabilidade pelo transporte e entrega dos bens será da empresa contratada.

5.5 Os insumos deverão ser entregues nos locais previstos em item específico deste TR.

5.6 Os pedidos se darão por solicitação do Setor de Infraestrutura do HE-UFPEL, através do contato por e-mail ou telefone fornecido pela empresa contratada.

5.6.1 Os abastecimentos dos cilindros de gases medicinais ocorrerão ordinariamente em princípio todas as terças-feiras e sextas-feiras, exceto feriados, caso que ocorrerá nos dias úteis mais próximos.

5.6.2 Os abastecimentos do tanque de oxigênio líquido ocorrerão com intervalo máximo de 20 dias corridos.

5.6.3 Os abastecimentos dos cilindros de gases industriais e do óxido nítrico ocorrerão mediante demanda.

5.6.4 Em todos os casos poderão ocorrer abastecimentos conforme demanda.

5.7 A CONTRATADA deverá possuir na central de oxigênio líquido sistema que permita o monitoramento remoto do nível de oxigênio, sendo responsável pelo seu monitoramento.

5.8 Para o tanque de oxigênio e módulo de ar comprimido, todas as manutenções corretivas terão prazo de 10 (dez) horas corridas, a contar do acionamento através de e-mail/telefone, independente do horário que ocorrer.

5.9 No caso de um dos kits óxido nítrico apresentarem mau funcionamento, o prazo para correção será de 2 dias úteis. Caso o segundo kit apresente mau funcionamento, o prazo para correção deverá ser imediato.

5.10 O nível crítico do tanque criogênico será estabelecido pela CONTRATANTE, utilizando as informações da CONTRATADA. Destaca-se que atualmente consideramos o nível crítico como um terço da capacidade do tanque.

5.11 A CONTRATADA deverá entregar plano de manutenção preventiva, com listas de verificação, para a central de oxigênio líquido, módulo gerador de ar medicinal e equipamentos para utilização do óxido nítrico, cuja realização compete a CONTRATADA;

5.12 A CONTRATADA deverá dar um treinamento básico sobre o funcionamento dos equipamentos fornecidos a equipe de Infraestrutura Física;

5.13 Todos os cilindros fornecidos deverão possuir capacete de proteção para válvula na parte superior;

5.14 A capacidade mínima do reservatório de oxigênio, em volume real, será de 12.000 litros;

5.15 Cada bateria reserva de ar comprimido e oxigênio do HE-UFPEL deverá ser composta de no mínimo 12 cilindros de 8 a 10 m<sup>3</sup> cada, mais os cilindros para troca, sendo necessário duas baterias para cada gás, a CONTRATADA deverá avaliar a necessidade de uma bateria maior e a quantidade de cilindros para troca que deverão ficar no local.

5.16 Cada bateria de ar comprimido do Bloco 3 do HE-UFPEL deverá ser composta de no mínimo 4 cilindros de 7 a 10 m<sup>3</sup> cada, enquanto as baterias de oxigênio deverão ser compostas de no mínimo 6 cilindros de 7 a 10 m<sup>3</sup> cada, sendo necessário duas baterias para cada gás. A CONTRATADA deverá avaliar a necessidade de uma bateria maior e a quantidade de cilindros para troca que deverão ficar no local.



5.17 A instalação das centrais de oxigênio e ar comprimido do Bloco 3 do HE-UFPEL poderá não ocorrer no primeiro momento, ficando a critério da CONTRATANTE determinar a data de início da instalação.

## 6 DO COMODATO

6.1 Os itens em regime de comodato estão especificados neste TR, que são em resumo: cilindros de gases medicinais e industriais, central de oxigênio líquido e kits para fornecimento de óxido nítrico conforme o item 12.13.

6.2 Todos os itens em comodato devem seguir as especificações deste TR.

6.2.1 No que diz respeito aos cilindros, devem possuir dimensões compatíveis com os suportes de transporte existentes no HE UFPEL EBSEH (cilindros de oxigênio), bem como estar dentro das normas de segurança, especialmente possuir capacete de proteção para válvula. As quantidades de cilindros que deverão ser disponibilizados em regime de comodato deverão seguir a tabela abaixo:

Descrição	Quantidade
Cilindro de alumínio de 0,7 m <sup>3</sup> para Oxigênio medicinal gasoso	5
Cilindro de alumínio de 0,7 m <sup>3</sup> para Ar comprimido medicinal	5
Cilindro de 0,7 a 1 m <sup>3</sup> para Oxigênio medicinal gasoso	40
Cilindro de 5 a 10 m <sup>3</sup> para Oxigênio medicinal gasoso	15
Cilindro de 4 a 10 m <sup>3</sup> para Ar comprimido medicinal	15
Cilindro de 3 a 5 Kg para Dióxido de carbono medicinal	10
Cilindro de 3 a 4 m <sup>3</sup> para Óxido Nítrico 500ppm em N <sub>2</sub>	4
Cilindro de 25 a 33 Kg para Óxido nitroso medicinal	4
Cilindro de 6 a 10 m <sup>3</sup> para Nitrogênio pureza mínima 99,996%	1
Cilindro de 1 m <sup>3</sup> para Argônio pureza mínima 99,998%	1
Cilindro de 1 kg para Acetileno pureza mínima 99,0%	1
Cilindro 1 m <sup>3</sup> para oxigênio industrial	1

\*Para os cilindros utilizados nas baterias de oxigênio e ar comprimido do HE-UFPEL e do Bloco 3 do HE-UFPEL, o quantitativo deverá ser calculado pela CONTRATADA, conforme o item 5.15 e 5.16

6.2.2 No que diz respeito à central de oxigênio deve possuir capacidade, em volume do reservatório, mínima de 12.000 litros, bem como manter todas as condições de uso e seus acessórios permanecerem íntegros atendendo à requisitos de funcionalidade e segurança.

6.2.3 Havendo dificuldade devidamente comprovada que acarrete no atraso do fornecimento dos cilindros de alumínio o hospital poderá fornecer os cilindros de sua propriedade para enchimento até que a CONTRATADA se adeque. Caso a CONTRATADA possua cilindros em aço carbono ou em alumínio com outros volumes que sejam compatíveis com os suportes dos berços/incubadoras de transporte existentes no HE os mesmos também serão aceitos.

## 7 DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 A execução dos serviços está indicada na minuta do contrato Anexo IX deste edital.



## **8 DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA / EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

- 8.1 Os insumos deverão ser entregues nos locais indicados pelo CONTRATANTE, todos na cidade de Pelotas/RS, sendo pelo menos: 1 - Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, localizado na Rua Dr. Prof. Araújo nº 538 e a 2 - Faculdade de Medicina da UFPEL, localizada na Av. Duque de Caxias nº 250;
- 8.2 Observa-se que outros locais, na cidade de Pelotas, poderão ser indicados, sem prejuízo a CONTRATANTE;
- 8.3 Os prazos para fornecimento dos materiais são conforme indicados no item 3.5;
- 8.4 Os horários de entrega são: de segunda a sexta das 08 às 12 e das 13:30 às 17:30, exceto feriados. Além disso, poderão ocorrer entregas emergenciais;
- 8.5 O prazo de entrega da estrutura para fornecimento de gases medicinais, tais quais: central de oxigênio líquido e módulo gerador de ar, será de 45 dias a contar da assinatura do contrato;
- 8.6 O prazo para início de entrega dos itens que não representem estrutura física e de equipamentos será definido pela CONTRATANTE, que respeitará um intervalo de 3 a 15 dias;

## **9 DA NOTA FISCAL**

- 9.1 Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser informado no verso desta os dados bancários da Empresa (banco, agência e conta corrente).
- 9.2 Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos bens, tais como modelo, marca, número de série, tempo de garantia, cor, medidas, entre outros dados que forem considerados essenciais.

## **10 DA VISTORIA**

- 10.1 A licitante interessada em realizar vistoria poderá realizar visita ao local onde serão executados os serviços. O agendamento deverá ser marcado com o setor de Infraestrutura Física, através do fone 53 3284 4917.
- 10.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o primeiro dia útil anterior à data prevista para apresentação dos envelopes.
- 10.3 A vistoria é facultativa, cabendo ao licitante demonstrar interesse em realizá-la ou não. Caso não realize vistoria, não serão aceitas quaisquer alegações posteriores.

## **11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **11.1 São obrigações da CONTRATANTE:**

- 11.1.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.1.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido em prazo estabelecido pela contratante;
- 11.1.3. Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os profissionais da equipe técnica da contratada e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato;



11.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.1.5. Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado;

11.1.6. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços contratados;

11.1.7. Verificar a regularidade do recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento à CONTRATADA;

11.1.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

11.1.9. Efetuar o pagamento nos termos e nos prazos elencados no Contrato;

11.1.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com o contrato;

11.2. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade e competência nos casos de locação;

12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

12.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

12.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12.8. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do UFPel;



12.9. Arcar com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda a UFPel isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

12.10. Relatar de imediato a UFPel toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços;

12.11. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes deste Termo de Referência e Proposta apresentada pela Contratada;

12.12. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

12.13. É de responsabilidade da empresa vencedora o fornecimento, instalação e manutenção, em regime de comodato dos equipamentos, cilindros, tanques e outros que se façam necessários para o pleno fornecimento e distribuição de forma ininterrupta e satisfatória às necessidades do Hospital Escola da UFPel dos gases ora licitados durante os 365 dias do ano, com as respectivas manutenções corretivas e preventivas necessárias, incluindo troca de peças, a fim de não ocorrer interrupção do fornecimento;

12.14. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação;

12.15. A empresa vencedora terá o prazo definido pelo CONTRATANTE, conforme item 10.5, para disponibilizar toda a estrutura necessária para o fornecimento e distribuição dos gases ora licitados, de forma a não comprometer, no ato da transição, se for o caso, da empresa responsável pelo atual fornecimento para a empresa vencedora deste certame, a distribuição de forma ininterrupta dos gases utilizados pelo Hospital Escola da UFPel;

12.16. Ao final do contrato, é de responsabilidade da empresa vencedora a desinstalação e a retirada dos equipamentos por ela fornecidos, com prazo de até 45 dias.

12.17. É de responsabilidade da empresa vencedora do certame o fornecimento em regime de comodato de equipamentos que se façam necessários para o fornecimento e distribuição de formas dos gases ora licitados de forma satisfatória às necessidades do Hospital Escola;

12.18. É de responsabilidade da empresa vencedora do item referente à locação do equipamento para fornecimento de ar comprimido a troca do mesmo por equipamento de maior vazão, caso seja detectada a necessidade do Hospital;

12.19. É de responsabilidade da empresa vencedora do certame o atendimento as solicitações do HE/UFPel no prazo máximo de 10 (dez) horas, tanto no que tange a assistência técnica a equipamentos fornecidos pela mesma quanto a reposição de itens contemplados pelo objeto deste certame;

12.20. Estar disponível 24 horas diárias, ininterruptamente, de segunda a domingo, inclusive feriados, para prestação de assistência técnica e abastecimento, em caráter de urgência;

12.21. Havendo necessidade, fica a empresa contratada na obrigatoriedade de promover treinamentos a equipe de Infraestrutura Física da contratante visando a segurança na operacionalização dos equipamentos e utilização dos insumos adquiridos;

12.22. Os reservatórios de ar medicinal e o tanque criogênico deverão atender a todos os requisitos do item 13.5 - Vasos de Pressão – da NR13, sendo necessários à entrega dos prontuários dos vasos de pressão, contendo as seguintes informações:

a) código de projeto e ano de edição;

b) especificação dos materiais;





- c) procedimentos utilizados na fabricação, montagem e inspeção final;
- d) metodologia para estabelecimento da PMTA;
- e) conjunto de desenhos e demais dados necessários para o monitoramento da sua vida útil;
- f) pressão máxima de operação;
- g) registros documentais do teste hidrostático;
- h) características funcionais;
- i) ano de fabricação;
- j) dados dos dispositivos de segurança;
- k) certificado de calibração de todos os dispositivos de segurança e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) das calibrações;
- l) categoria do vaso.

12.23. Após a instalação, a CONTRATADA deverá realizar a inspeção de segurança inicial do vaso de pressão (reservatório), devendo compreender exames externo e interno e deve fornecer um relatório de inspeção em conformidade com o item 13.5.4.14 da NR13. Caso necessário, a CONTRATADA deverá realizar também as inspeções periódicas e extraordinárias. Todas as inspeções deverão ser realizadas sob a responsabilidade técnica de profissional habilitado, com emissão de ART.

12.24. Juntamente com o relatório de inspeção a contratada deverá entregar um Registro de Segurança conforme item 13.5.1.8 da NR13, onde conste as ocorrências da inspeção de segurança inicial.

12.25. As custas da Contratada, as válvulas de segurança dos vasos de pressão devem ser desmontadas, inspecionadas e calibradas com prazo adequado à sua manutenção, porém, não superior ao previsto para a inspeção de segurança periódica interna dos vasos de pressão por elas protegidos.

12.26. Deverá ser emitido ART da base de sustentação do tanque criogênico, mesmo que a CONTRATADA seja o atual fornecedor;

12.27. Deverá ser emitido ART relativa a execução das instalações solicitadas para fornecimento de oxigênio e ar comprimido medicinal.

12.28. O tanque deverá ser lavado e/ou pintado sempre que necessário sem custos para o HE UFPEL, mantendo-o em excelentes condições de uso e aparência, com manutenções preventivas e corretivas;

12.29. A CONTRATADA deverá fornecer tabela assinada por responsável da empresa, relacionando a leitura do nível do tanque criogênico e da pressão interna e a quantidade de Oxigênio. A tabela deverá conter a correlação entre a altura da coluna do líquido, que normalmente é expressa em polegadas de H<sub>2</sub>O ou unidade equivalente, e a pressão interna do tanque com a quantidade de oxigênio em seu estado gasoso, em m<sup>3</sup>, em condição "standard" de temperatura e pressão, isto é, 21°C e 760 mm Hg. Para permitir a verificação desta tabela, a CONTRATADA deverá apresentar declaração informando os dados do diâmetro interno do tanque criogênico, devidamente atestada pelo engenheiro responsável técnico da empresa, com a respectiva comprovação de recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Toda documentação deverá ser entregue à Fiscalização no ato da instalação do sistema principal;

12.30. A empresa vencedora do item nº 9 deste Termo de Referência terá responsabilidade de fornecer, em regime de comodato, 02 monitores de óxido nítrico e acessórios, que contemplam:



Carinho, Regulador, Rotâmetro e Analisador de gases, sendo que este último tem a função de monitorar os níveis do NO (Monóxido de Nitrogênio) e NO<sub>2</sub> (Dióxido de Nitrogênio). Além disso, a licitante deverá fornecer o primeiro circuito respiratório utilizado nestes equipamentos sem custo. A reposição destes circuitos, contudo, deverá ser de responsabilidade do hospital, pois trata-se de material consumível. Estes dois monitores e seus acessórios deverão ser mantidos em funcionamento pela CONTRATADA, ou seja, a contratada será responsável pelas manutenções corretivas do equipamento. No caso de um dos monitores apresentar mau funcionamento, o prazo para correção será de 2 dias úteis. Caso o segundo monitor apresente mau funcionamento, o prazo para correção deverá ser imediato. Os monitores deverão possuir registro na Anvisa.

12.31. Caso haja a necessidade de troca dos equipamentos hoje utilizados no Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, para que seja viabilizado o atendimento do objeto deste certame, é de responsabilidade da atual empresa a retirada dos equipamentos de sua propriedade, conforme cronograma a ser ajustado com o setor de Infraestrutura Física do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas EBSEH, de forma que o mesmo ocorra no mesmo dia da instalação dos novos ativos. Não podendo ser penalizada a empresa contratada em caso de atrasos para retirada dos equipamentos instalados que extrapolem o prazo para instalação citado no edital;

12.32. É de responsabilidade da CONTRATADA todos os custos e logística necessários à instalação da estrutura de tanques, módulos, centrais de torpedo e demais relacionados ao objeto da licitação;

12.33. É de responsabilidade da contratante qualquer despesa financeira que venha a ser necessária, no que tange a materiais de construção para adequações, caso necessárias, a sala hoje já existente para instalação do item nº 10 deste Termo de Referência; 12.34. A CONTRATADA deverá entregar laudo de conformidade do oxigênio líquido medicinal (item 8 do objeto), atestando os parâmetros necessários. No laudo deverá estar identificado entre outros: nº do lote, validade do laudo, grau de pureza, inodoridade e responsável técnico;

12.35. A CONTRATADA deverá entregar laudo de conformidade do módulo gerador de ar comprimido medicinal (item 10 do objeto), mantendo sua vigência regular no decorrer do contrato;

12.36. A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, entregar laudo de conformidade dos demais gases, com identificação de pelo menos: nº do lote, validade do laudo, grau de pureza, inodoridade e responsável técnico.

12.37. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.38. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.39. Apresentar à Contratante, quando solicitado, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.40. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.41. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

12.42. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;



### 13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros, ou a eles associar-se **sem prévia autorização da CONTRATANTE**, sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis ao caso determinadas pela Lei Federal n.º 8666/93.

13.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

13.3 São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

14.3.1 Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

14.3.2 Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

14.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

### 15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 16 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

16.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

16.4 As entregas deverão ser realizadas em conformidade com esta licitação, sem avaria ou adulteração, em cilindros contendo a data de fabricação, o peso líquido ou volume, a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem e em conformidade com as normas da ANVISA, da ABNT e do INMETRO, sob pena de recusa.

16.5 Deverão ser apresentadas as rotinas de manutenção de cada equipamento e seus dispositivos de segurança e controle, conforme recomendações da ABNT, INMETRO ou ANVISA, sempre que solicitadas.



16.6 Deverão ser mantidas atualizadas as certificações dos vasos de pressão de oxigênio líquido e entregues sempre que solicitadas.

16.7 A instalação, remoção, movimentação e transporte de todos os itens que compõem as centrais de suprimento ficam a cargo da empresa contratada, sem ônus direto para o HE UFPEL EBSERH.

16.8 A Contratada será responsável pela substituição imediata de equipamentos e acessórios por ela instalados, em caso de defeito.

16.9 A entrega dos materiais deverá estar acompanhada da Nota Fiscal e no recebimento destes será observado pela CONTRATANTE se os materiais entregues estão de acordo com as especificações.

16.10 Todos os materiais deverão atender rigorosamente às especificações solicitadas no Edital e seus Anexos.

Os materiais entregues e recebidos ficam sujeitos à reparação ou substituição, pelo fornecedor, a partir do momento da observância da existência de defeito ou não conformidade com especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização.

16.11 A reparação ou substituição do material deverá ocorrer no prazo máximo de 08 (oito) horas a contar da notificação do HE UFPEL EBSERH, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **17 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

17.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

17.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

17.3 A verificação da adequação da execução deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

17.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VIII, para aferição da qualidade da execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.6 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.



17.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o seu nível de qualidade para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da execução do objeto realizada.

17.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a execução com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.

17.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade na execução do objeto em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

17.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da execução do objeto.

17.13 O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do objeto, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.14 A conformidade do material a ser utilizado na execução do objeto deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.15 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.16 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. fraudar na execução do contrato;

18.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. cometer fraude fiscal;



18.1.6. não manter a proposta.

18.2. Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2. multa moratória, que será aplicada da seguinte maneira, com base no valor mensal do contrato:

18.2.3. 5% (cinco por cento) para atraso de até 09 (nove) dias;

18.2.4. 10% (dez por cento) para atraso de 10 (dez) a 29 (vinte e nove) dias;

18.2.5. 20% (vinte por cento) a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso.

18.2.6. multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto.

18.2.7. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

18.2.8. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.9. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.4, 21.2.5 e 21.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

18.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.





ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, sediada na cidade de \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ à rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, fone \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico 098/2018, **DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente**, em conformidade com a Instrução Normativa 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI-MPOG).

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(nome do representante legal)



**ANEXO III**

**TERMO DE VISTORIA**

**Pregão Nº 98/2018**

Declaramos, para fins de participação no Processo Licitatório em epígrafe, que vistoriamos o local de instalação do objeto e prestação de serviço, do presente certame conforme, discriminado no endereço indicado, e que tomamos conhecimento de todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Pelotas,        de                                de 2018

LICITANTE:

Nome de Empresa / CNPJ: \_\_\_\_\_

Representante Legal: (nome): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

REPRESENTANTE DO HE-UFPel:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

*Somente exigido caso não seja realizada a Visita Técnica (Vistoria)*

Declaramos, para fins de participação na licitação, Pregão Eletrônico, Edital nº 094/2018, para a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, de forma contínua, de fornecimento de gases medicinais, locação de equipamento de ar comprimido e fornecimento de outros gases, de acordo com as normas ABNT/INMETRO/ANVISA, para as unidades do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas / EBSERH** que a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, **não** realizou a visita técnica no local onde será executado o objeto / entrega dos produtos solicitados.

Independente deste fato, a empresa declara que tem pleno conhecimento das condições, dimensões e padrões adotados, peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, bem como onde deverão ser feitas as intervenções necessárias à realização de todo o objeto / entrega dos produtos, conforme descrito no termo de referência e edital. Assim, assume, sob as penalidades da Lei, total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Hospital Escola da UFPel.

Nome de Empresa / CNPJ: \_\_\_\_\_

Representante Legal da Empresa: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Pelotas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018



ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(nome da empresa/consórcio)\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ - sediada no (endereço completo)\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação, os normativos, inclusive os de ordem técnica de atendimento obrigatório referente aos materiais constantes no Edital do Pregão XXX/2018 da Universidade Federal de Pelotas (ou Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.



## ANEXO VI

### Requisitos de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho

1. **OBJETIVO** - Este procedimento especifica os requisitos para a gestão de terceirizados e prestadores de serviço trabalhando para o Hospital Escola - UFPEL.
2. **CAMPO DE APLICAÇÃO** - Este documento é válido para todas as unidades do Hospital Escola - UFPEL

### 3. REQUISITOS:

#### 3.1 Documentação mínima exigida para empresas e funcionários

DOCUMENTAÇÃO EMPRESA	PERIODICIDADE
Comprovante de implantação de CIPA ou trabalhador designado	Anualmente
PPRA	No mínimo anualmente ou quando necessária atualização
PCMSO	No mínimo anualmente ou quando necessária atualização
DOCUMENTAÇÃO FUNCIONÁRIO	
CNH – para motoristas	Conforme validade do documento
ASO	Conforme PCMSO
Carteira de Vacinação - Hepatite B e Tétano	Conforme validade das vacinas
Comprovante de fornecimento de Equipamento de Proteção Individual	Mensal

#### 3.2 Documentação complementar exigida de acordo com a atividade realizada

QUESTIONÁRIO DETALHE DO SERVIÇO	DOCUMENTAÇÃO EMPRESA	DOCUMENTAÇÃO FUNCIONÁRIO	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO COLETIVA
Existe previsão de trabalho em altura?		Capacitação NR 35, Exames médicos específicos  Treinamento não poderá adotar a modalidade a distância (online) para as capacitações; - O treinamento inicial e periódico bienal (02 anos) deve ter carga horária mínima de oito horas; - Certificado deve conter o nome do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local de realização do treinamento, nome e qualificação dos instrutores e assinatura do responsável. Na utilização de plataforma elevatória será necessário certificado comprovando conteúdo teórico e prático. O certificado terá validade de 01 (um) ano.	Cinto de Segurança tipo para quedista com talabarte duplo em Y com absorvedor de impacto	Linha de vida para ancoragem dos cintos, isolamento (fita zebra, cones, etc).  Manter todos as ferramentas e materiais amarrados de forma a evitar queda acidental.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**



Existe previsão de trabalho suspenso em cordas (Alpinismo Industrial)		Acesso por Corda (Acesso por corda / Alpinismo Industrial), validade de 03 anos. Apenas certificados emitidos por entidades acreditadas ao INMETRO para certificação de pessoas	Cinto de Segurança tipo para quedista com ponto de ancoragem acima dos ombros para trabalho suspenso (atender às normas técnicas nacionais)	Os equipamentos auxiliares (cordas, mosquetões, etc) utilizados devem ser certificados de acordo com normas técnicas nacionais ou, na ausência dessas, de acordo com normas técnicas internacionais.
Existe previsão de trabalho em espaço confinado?		Capacitação em NR 33, Exames médicos específicos  Treinamento não poderá adotar a modalidade a distância (online) para as capacitações; - Capacitação em NR 33, Exames médicos específicos Certificado NR 33 - Validade 01 ano, carga horária mínima de 16 horas para vigia/trabalhador autorizado e 40 horas para supervisores (Conteúdo programático teve possuir uma parte prática); OBS: Para validade do certificado de reciclagem, com carga horária mínima de 08 horas, será necessário envio do certificado inicial (com 16 ou 40 horas).	Cintos de Segurança, equipamentos de proteção respiratória por filtros, ar mandado ou autônomo, roupas de proteção.	Lanternas, quando necessário intrinsecamente segura, isolamento.
Existe Previsão de trabalho em instalações elétricas?		Capacitação NR10, Exames médicos específicos  Treinamento não poderá adotar a modalidade a distância (online) para as capacitações; Capacitação NR10, Exames médicos específicos. Certificado NR10 - Validade 01 ano, carga horária mínima de 40 horas; OBS: Para validade do certificado de reciclagem, com carga horária mínima não especificada em norma, será necessário envio do certificado inicial (40 horas).	Proteção facial, luvas isolantes adequada à máxima tensão de uso, mangas isolantes, calçado de proteção à eletricidade, capacete classe B, vestimenta adequada a atividade a ser realizada.	Dispositivos para bloqueio de energia e equipamentos para realização de teste de energia zero.
Existe previsão de trabalhos em inflamáveis?		Capacitação em NR20, Exames médicos específicos  O certificado deve conter o nome do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local, nome do(s) instrutor(es), nome e assinatura do responsável técnico ou do responsável pela organização técnica do curso.  Carga horária será de acordo com o anexo II da NR 20 do MTE.	Seguir procedimentos de segurança descritos na FISPQ do produto. Dependendo do local e da atividade, será necessário a utilização de ferramentas e equipamentos intrinsecamente segura	Extintor de incêndio. Dependendo do local será necessário isolamento e sinalização.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**



Existe previsão de trabalhos em operação de equipamento (empilhadeira, pá carregadeira, guindaste, outros)?		Habilitação, Exames médicos específicos.  Certificado comprovando capacitação do operador, checklist diário do equipamento e certificado de todo e qualquer acessório utilizado (cintas, manilhas, etc)	Uso de cinto de segurança veicular	Extintor no equipamento, isolamento na área de trabalho, inspeção no equipamento por profissional habilitado (checklist)
Existe previsão de trabalho de vigilância patrimonial?		Capacitação específica, exames específicos		
Existe previsão de trabalho com porte de arma de fogo?		Porte de arma de fogo, exames específicos		
Existe previsão de transporte de produtos perigosos?	Licença Ambiental (empresa e veículo)	Habilitação + treinamento específicos MOPP. Deve possuir FISPQ do produto e o mesmo deve estar armazenado em embalagem identificada.		Kit de mitigação
Existe previsão de coleta e/ou transporte de resíduos?	Licença ambiental (empresa e veículo);  Licenciamento ambiental das empresas as quais serão destinados os resíduos, como destinação final;		De acordo com a FISPQ do produto	Isolamento de área de trabalho e Kit de mitigação.
Empresa prestará serviço de pintura?		Exames médicos específicos.  FISPQ de todos os produtos utilizados. Registro do ensaio de vedação da máscara de proteção respiratória utilizada.	De acordo com a FISPQ do produto.	Locais fechados, ou biombos específicos para a atividade, isolamento.
Empresa prestará serviços de soldagem?		Habilitação e Exames médicos específicos  Certificado de qualificação de solda. Checklist dos equipamentos utilizados (Máquina de Solda, etc). Calibração anual das válvulas anti-retrocesso de chamas. FISPQ dos produtos utilizados nos cilindros.	Idem EPI's básicos obrigatórios mais específicos:  Máscara de solda com lentes entre 10 e 14 de opacidade, toca de proteção para cabeça, óculos de proteção, proteção auditiva, respirador PFF2, Luvas cano longo de raspa de couro, avental de raspa de couro, casaco de raspa de couro, permeiras de raspa de couro, botina de segurança.	Unidade extintora no local, válvulas corta-chamas, manômetros íntegros, biombos (barreira física) de proteção confeccionados em material não combustível, isolamento de área.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**



Empresa prestará serviços com máquinas rotativas?		Treinamento de capacitação para utilização de máquinas rotativas e Exames médicos específicos; Checklist dos equipamentos utilizados.	Protetor Facial; Óculos de segurança; Proteção auditiva, Perneira de couro, Mangotes em couro; Avental de couro; Luvas de proteção em couro; Sapatos de Segurança; Uniforme manga longa; Proteção Respiratória PFF 2;	Unidade extintora no local, capas de proteção no equipamento, punho de segurança, biombos (barreira física) de proteção confeccionados em material não combustível, isolamento de área.
---	--	---	---	---

**3.3 Capacitação mínima e exames médicos requeridos por atividade**

Atividade	Capacitação mínima	Exames médicos
Em altura	Capacitação para trabalho em altura - Treinamento não poderá adotar a modalidade a distância (online) para as capacitações;	Av. Clínica Acuidade Visual Eletrocardiograma Eletroencefalograma Glicemia de Jejum Hemograma com Plaquetas GGT Av. Psicossocial
Em espaços confinados	Trabalhadores autorizados e vigias  Supervisores de entrada	Av. Clínica Audiometria Eletrocardiograma Eletroencefalograma Glicemia de Jejum Hemograma GGT Av. Psicossocial Rx de Tórax PA Espirometria
Em instalações elétricas	Segurança em instalações e serviços com eletricidade  Complementar: Segurança no sistema elétrico de potência (SEP) e em suas proximidades	Av. Clínica Acuidade Visual Eletrocardiograma Eletroencefalograma Glicemia de Jejum Hemograma com Plaquetas GGT Av. Psicossocial
Operador de equipamento de movimentação de carga	Habilitação para operação do equipamento	Av. Clínica Eletrocardiograma



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**



		Acuidade Visual Audiometria Glicemia de Jejum GGT Hemograma com plaquetas
Conductor de veículo que transporte produto perigoso	Curso de Conductor de Veículo de Transporte de Produtos Perigosos	Av. Clínica Eletrocardiograma Acuidade Visual Audiometria Glicemia de Jejum GGT Hemograma com plaquetas
Manipulação de alimentos	Boas Práticas em Serviços de Alimentação (um por estabelecimento)	Av. Clínica Exame parasitológico de fezes Coprocultura
Manipulação de óleo/graxa		Av. Clínica Hemograma com plaquetas
Manipulação de solventes	Capacitação para trabalho com inflamáveis	Av. Clínica Audiometria Hemograma Completo Ácido hipúrico e Metil-hipúrico
Vigilância armada	Registro Polícia Federal	ASO contemplando avaliação psicossocial



## ANEXO VII

### DAS CONDUTAS INIDÔNEAS E ILEGAIS

Art. 1º Apresentar proposta inexecutável ou que não condiz com o objeto exigido pelo edital.

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 20 (vinte) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de até 20 (vinte) dias.

Art. 2º Quando convocado pelo pregoeiro, não enviar o anexo ou não cumprir o prazo para envio estabelecido por aquele.

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 15 (quinze) dias.

§ 1º O anexo referido no caput pode ser, dentre outros, a documentação habilitatória, atestados e certidões exigidas pelo edital.

§ 2º Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de até 15 (quinze) dias.

Art. 3º Não enviar/postar amostra dentro do prazo estabelecido pelo pregoeiro ou não enviar a amostra quando solicitada por aquele.

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de até 30 (trinta) dias.

Art. 4º Quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato ou ata de registro de preços;

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de no mínimo 60 (sessenta) dias até o máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Deixar de entregar documentação exigida no edital.

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de no mínimo 15 (quinze) dias até o máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º Apresentar documentação falsa.

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de até 60 (sessenta) dias.

Art. 7º Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pela Comissão de Apuração.

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de até 30 (trinta) dias.

Art. 8º Fraudar ou praticar atos fraudulentos no decorrer do certame;



Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de no mínimo 30 (trinta) dias até o máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de no mínimo 30 (trinta) dias até o máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 10º Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de no mínimo 30 (trinta) dias até o máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 11. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de no mínimo 30 (trinta) dias até o máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 12. Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de no mínimo 30 (trinta) dias até o máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 13. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

Penalidade – impedimento de licitar e contratar com a União por até 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Se o licitante for reincidente no âmbito do HE-UFPel a penalidade será acrescida de no mínimo 30 (trinta) dias até o máximo de 60 (sessenta) dias.



ANEXO VIII  
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

A **União**, por intermédio do **Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, CNPJ**, com sede na Rua Gomes Carneiro número 1 Pelotas/RS, representada neste ato por \_\_\_\_\_, em seqüência denominada simplesmente **Contratante**; e a pessoa jurídica \_\_\_\_\_, CNPJ n.o \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do CPF n.o \_\_\_\_\_ e da Cédula de Identidade RG n.o \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada simplesmente **Contratada**, firmam o presente **Instrumento de Medição de Resultado – IMR**, como anexo ao contrato de prestação de serviços.

1. **Definição:** Instrumento de Medição de Resultado é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.
2. **Objetivo a atingir:** prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, para fins de eficiência e economicidade.
3. **Forma de avaliação:** definição de situações (indicadores) que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de grau de correspondência de 1 a 7, de acordo com os Indicativos de metas a cumprir, compreendendo descontos de 0,1% a 2,0% do valor mensal contratado.
4. **Descontos x sanções administrativas:** embora a aplicação de índices aos indicativos seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Administração da Contratante poderá, pelo nível crítico de qualidade insuficiente em qualquer dos indicativos, aplicar as penalidades previstas em contrato, ficando desde já estabelecido que, quando o **percentual de descontos no mês for superior a 10% (dez por cento), poderá restar caracterizada inexecução parcial do contrato**, o que implicará na abertura de procedimento de aplicação de **sanção administrativa, nos termos da Lei e do Contrato, observada o contraditório e ampla defesa**.

5. **Especificação da falha e do respectivo grau em que se enquadra – tabela 01:**

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia de suspensão/interrupção;	06
02	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais aos administrados ou a seus empregados, bem como servidores e frequentadores do Hospital Escola, em face do contrato ou em razão dele, por evento;	06
03	Manter ou designar trabalhador sem a qualificação/habilitação exigida para	03





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS



	executar os serviços contratados, após notificação à contratada, por posto e por dia;	
04	Deixar de apresentar documento contratual exigido quando solicitado ou recusar/retardar a prestação de informação que foi solicitada, inclusive nos casos de respostas a notificação/intimação, por evento;	04
05	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência;	01
06	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela, após notificação pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	02
07	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não preste os serviços a contento, por empregado e por dia;	03
08	Deixar de cumprir quaisquer dos demais itens ou obrigações do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela por item e por ocorrência, inclusive os previstos no <b>item das obrigações da Contratada</b> do Termo de Referência.	01
09	Deixar o empregado de utilizar EPIs por empregado e por dia, após notificação para correção;	05
10	Deixar o empregado de usar uniformes ou utilizar em desconformidade com o exigido, por empregado e por dia, após notificação à contratada para correção;	01
11	Deixar de manter os requisitos de habilitação durante a vigência do contrato, especialmente os relacionados à regularidade fiscal e trabalhista, por mês de descumprimento.	02
12	Deixar de indicar e manter o preposto durante a execução contratual por dia de ocorrência.	02
13	Descumprir a data de abastecimento dos cilindros de gases medicinais, sem acordo prévio com a fiscalização, por ocorrência.	05
14	Fornecer cilindro sem capacete de proteção para válvula, por quantidade de cilindros.	01
15	Deixar que o estoque de gases medicinais em cilindros do contratante impossibilite qualquer procedimento da assistência, por gás e por hora/fração.	06
16	Descumprir a data de abastecimento do tanque criogênico, sem acordo prévio com a fiscalização, por ocorrência.	06
18	Deixar que o nível do tanque criogênico permaneça no nível crítico, por hora/fração.	06



19	Deixar a central de oxigênio líquido inoperante, por motivos que sejam de sua competência, além do prazo definido para correções, por hora/fração	06
20	Descumprir o prazo para a correção do kit de óxido nítrico, no caso específico de apenas um dos kits apresentarem defeitos, por dia/fração	04
21	Deixar que os dois kits de óxido nítrico permaneçam inoperantes, por hora/fração	06
22	Deixar o módulo de ar comprimido inoperante, por motivos que sejam de sua competência, além do prazo definido para correções, por hora/fração	06

**6. Apuração do valor a ser deduzido, em função do grau de falha – tabela 02:**

O pagamento mensal ficará vinculado ao cumprimento do Nível de Serviço definido neste Anexo, bem como pela análise de ausências na prestação de serviços e sanções administrativas.

O valor do pagamento mensal dos serviços será calculado como sendo o valor mensal do contrato subtraídos os descontos (pela aplicação deste Instrumento), glosas (por não prestação de serviços) e multas (sanções administrativas) computadas e aplicáveis no período correspondente.

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% sobre o valor mensal do contrato
02	0,2% sobre o valor mensal do contrato
03	0,4% sobre o valor mensal do contrato
04	0,6% sobre o valor mensal do contrato
05	1,0% sobre o valor mensal do contrato
06	2,0% sobre o valor mensal do contrato



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**



**ANEXO IX  
MINUTA DO CONTRATO**  
(Em mídia apartada)



**ANEXO X**  
**MINUTA DO COMODATO**  
(Em mídia apartada)